

Instituto de Ciências da Educação – Universidade Federal do Pará
Revista Ver a Educação, Belém, n. 2, 2025

**A intersectorialidade na gestão das políticas públicas de esporte e lazer nas
Usinas da Paz, em Belém do Pará**

**Intersectorality in managing public sports and leisure policies at the Usinas da
Paz in Belém, Pará**

**Intersectorialidad em la gestión de políticas públicas para el deporte y el ocio
en las Usinas da Paz, Belém/Pará**

Cassandra Santos dos Santos¹

Fátima de Souza Moreira²

Isabela Milena Cassiano Figueiredo³

Luiz Felipe Lopes dos Santos⁴

Resumo

Estudos recentes sobre a gestão pública no Brasil apontam caminhos para superação das ações serializadas, sugerindo novos arranjos institucionais, como a intersectorialidade. O estudo tem como objetivo analisar a dinâmica da intersectorialidade na gestão das Usinas da Paz, que são equipamentos que oferecem serviços assistenciais às comunidades, gestados pelo governo do estado do Pará, na Amazônia paraense. A metodologia envolveu a análise de documentos oficiais coletados nos sites das secretarias de Planejamento; Cidadania; Educação e Esporte. Os resultados revelaram uma gestão setorializada das políticas de esporte e lazer nas Usinas, onde a intersectorialidade não se materializou nas ações cotidianas, evidenciando um planejamento desarticulado entre as demais secretarias estaduais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Esporte e Lazer; Intersectorialidade; Usinas da Paz.

¹ Graduada. Licenciatura em Educação Física do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Belém do Pará-Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9448-0233>. E-mail: cassandrasantos133@gmail.com.

² Doutora. Licenciatura em Educação Física do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Belém do Pará-Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8563-6750>. E-mail: fmoreira@ufpa.br.

³ Graduada. Licenciatura em Educação Física do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Belém do Pará-Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1888-6404>. E-mail: imcbauer@gmail.com.

⁴ Graduado. Licenciatura em Educação Física do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Belém do Pará-Brasil. Orcid: não informado. E-mail: felipesanufpa@gmail.com.

Introdução

O presente estudo foi desenvolvido a partir da análise das políticas públicas de esporte e lazer gestadas nas Usinas da Paz, com destaque para gestão dessas políticas referente à dinâmica da intersetorialidade nesses equipamentos, observando as ações desenvolvidas através da Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD), Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC) para esses espaços, bem como as Secretarias de Esporte e Lazer do Estado (SEEL) e Secretaria de Educação do Estado (SEDUC). Apresenta-se como objetivo analisar a dinâmica da intersetorialidade na gestão das Usinas da Paz, com foco nas ações de esporte e lazer.

Este estudo está vinculado a Linha de Pesquisa Políticas Públicas de Esporte e Lazer, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Esporte e Lazer (GEPEF) do Instituto de Ciências da Educação – Faculdade de Educação Física; que tem como objetivo analisar as políticas públicas de esporte e lazer nas esferas públicas, caracterizando as ações/projetos/programas de Esporte e Lazer desenvolvidos nos territórios da Amazônia.

O estudo se caracteriza dentro da abordagem qualitativa, onde há interpretações das realidades e problemas sociais (Souza; Kerbauy, 2017), e fundamentado por meio de uma análise documental, na qual utilizamos, mais especificamente, a fonte de registros institucionais escritos, que segundo Gil (2002) “são aqueles fornecidos por instituições governamentais, como projeto de lei, relatórios de órgãos governamentais, entre outros” (p. 47).

Os documentos oficiais analisados, da gestão do governador Helder Barbalho, foram: a) Plano Plurianual do governo do estado do Pará (PPA 2020-2023); b) mensagens do governo do estado do Pará à ALEPA de 2020 a 2025; c) relatórios de gestão, d) planejamentos; e) matérias de divulgação nos sites das secretarias estaduais: SEPLAD, SEAC, SEEL, e SEDUC no período de 2020 a 2025. Todos os documentos foram selecionados nos sites das secretarias citadas, por serem secretarias que atuam com planejamento do governo ou que atuam na gestão e coordenação das ações de esporte e lazer, nas Usinas da Paz. É importante ressaltar que o critério de escolha da documentação foi de estarem disponíveis nos *sites* das secretarias envolvidas nas ações de esporte e lazer nas Usinas. Entendemos que o estudo dos documentos não representa a totalidade das políticas de esporte e lazer gestadas nas Usinas, mas revelam um recorte do objeto analisado.

Para a análise documental, utilizamos como base a técnica proposta por Boschetti (2009). A abordagem analítica de políticas sociais, desenvolvida pela autora, apresenta uma estrutura de análise e avaliação das políticas sociais pautada em três aspectos: 1) os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados; 2) o financiamento (fontes, montantes e gastos); 3) gestão (forma de organização) e controle social democrático (participação da sociedade civil). Cada um desses aspectos pode ser

desdobrado em inúmeros fatores e indicadores, de acordo com os objetivos da avaliação (Boschetti, 2009).

O primeiro aspecto trata dos “direitos e benefícios” e busca esboçar um quadro dos direitos e/ou benefícios implementados pelas políticas e programas sociais, apresentando suas características essenciais. Na sequência, o segundo aspecto, que trata do “financiamento e gasto”, busca analisar a dinâmica orçamentária das políticas sociais e seus impactos na garantia dos direitos. O terceiro aspecto diz respeito à “gestão e controle social democrático” e investiga como são desenvolvidas as formas de organização da gestão e a dinâmica de participação e controle popular. Nessa investigação utilizamos somente o terceiro aspecto.

Evidenciamos que compreender a lógica do funcionamento da gestão com a política de esporte e lazer nas Usinas, poderá ampliar nosso olhar para o entendimento e funcionamento desses novos equipamentos de lazer, instalados nos territórios periféricos de Belém, como também ajudar a identificar, de fato, as concepções das políticas executadas.

O papel do Estado é assegurar os direitos da população, através de políticas públicas, que devem ser capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social. Sendo assim, entendemos que o desafio e compromisso de cada governo, está em assegurar a implementação de políticas objetivando alcançar resultados planejados, nas diferentes áreas, de forma justa para toda a população, independente de classe social e/ou local de moradia (centro ou periferia). Nesse sentido, concordamos que o estado não pode ser reduzido à burocracia pública: as políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do estado, quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade, relacionados à política implementada (Hofling, 2001).

Considerar o contexto político também é importante, pois as tensões sociais contribuem para os desenhos institucionais de um governo, e suas prioridades. Portanto, discorrer sobre uma política de esporte e lazer significa considerar sobretudo o contexto sociopolítico e econômico que demarca as relações de poder e a concepção dessas políticas na gestão, e que acaba influenciando as áreas/setores prioritários para efetivação da gestão.

As políticas públicas de esporte e lazer, como políticas de estado, passam a refletir o programa do governo, a sua política econômica, social, cultural, bem como seu referencial macro-político-ideológico. Assim, conhecer o funcionamento da construção dessas políticas sociais e de esporte lazer das Usinas, pode contribuir para compreensão do modelo de gestão desses complexos idealizados pelo governo do estado do Pará.

No conjunto das políticas públicas sociais, o esporte e o lazer são áreas mais carentes quando se trata dos direitos do cidadão, pois os investimentos destinados a essas áreas ficam reféns de grandes

eventos esportivos, ações e eventos temporários, em vez de maiores investimentos em projetos e ações sistemáticas e de longo prazo, como também investimentos em construção de equipamentos para a prática esportiva da população (Moreira, 2020).

Como norte balizador, compreende-se o esporte como produção humana, fenômeno social moderno que, em diferentes manifestações, ritualiza elementos fundamentais do sistema capitalista, como a competição, a racionalidade e o rendimento. (Mascarenhas, 2016; Assis, 2005; Gomes, 2002). O lazer é entendido por Mascarenhas (2003) como um “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” (p. 97).

Dentro do campo de pesquisa acadêmica, em relação à gestão intersetorial nas temáticas de esporte e lazer, foi identificado um maior número de interesse em investigações na área, entretanto, “a intersetorialidade apesar de estudos que demonstram sua importância e viabilidade nas políticas sociais sofre limitações em se estabelecer no viés prático” (Bonalume, 2011, p. 2-3).

Estabelecer ações intersetoriais envolve a ideia de transversalizar ações, de modo a integrar, compartilhar, avaliar, e promover relações de ação conjunta com outros agentes administrativos na sociedade. Para Ribeiro e Amaral (2021) a intersetorialidade pretende superar a forma segmentada e desarticulada como, normalmente acontecem as ações públicas.

As Usinas da Paz, segundo documentos da SEAC (2024), são complexos multifuncionais que executam uma variedade de políticas sociais, como saúde, cidadania, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer. O projeto foi elaborado pelo governo do Pará, sendo coordenado pela Secretaria de Estado Articulação da Cidadania (SEAC) e tem como objetivo promover inclusão social, reduzir a violência e melhorar a qualidade de vida da população em áreas vulneráveis do estado. As Usinas fazem parte do programa Territórios Pela Paz (TerPaz) e, foram estruturadas desde 2021 com a entrega da primeira Usina da Paz (UziPaz), em 2025 já somam 14 Usinas no estado do Pará.

este estudo foi organizado em seções, com a seguinte estrutura: na primeira apresentamos as discussões sobre políticas públicas de esporte e lazer. depois, o debate sobre a gestão pública e a intersetorialidade. Na sequência analisamos o que são as Usinas da Paz avançando para gestão pública delas, e por fim, nossas considerações finais.

Políticas públicas de esporte e lazer

As políticas públicas nascem das demandas sociais, sendo entendidas por Hofling (2001) como o “Estado em ação”, por meio do qual o Estado desenvolve os programas, projetos e ações,

planejados pelo governo e instituídos para setores específicos da sociedade. Para Hofling (2001), o Estado é como um conjunto de instituições permanentes que viabilizam a atuação do governo, enquanto o governo constitui-se do conjunto de programas e projetos desenvolvidos por determinados grupos visando suprir as necessidades da sociedade como um todo. Nesse sentido, a elaboração de políticas públicas, segundo Souza (2003) é uma fase na qual os governos “traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (p. 13).

A Constituição Federal (CF) de 1988, como um dos marcos legais que organiza as políticas de esporte e lazer no Brasil, em seu art. 217, assegura o esporte como direito social. Conforme o texto constitucional: “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (Brasil, 1988).

Portanto, na medida que o esporte e o lazer compõem o conjunto dos direitos sociais assegurados na nova CF, passa a ser responsabilidade do Estado brasileiro assegurar ao cidadão o acesso a essa manifestação em suas diferentes dimensões: esporte de participação, esporte escolar e esporte de rendimento. Bem como, passa a ser estratégica a cobrança, junto ao Estado brasileiro, para assegurar a alocação de recursos públicos para o desenvolvimento dessas políticas.

A relação entre esporte e o Estado brasileiro ao longo desses anos vem se construindo como desafio a ser pensado e implementado como prioridade no conjunto das políticas públicas no país. Compreender essa realidade é importante para ajudar a observar os reflexos da conjuntura na efetivação das políticas públicas de esporte e lazer no governo do estado do Pará.

Sendo assim, entendemos que as políticas públicas de esporte e lazer, como políticas de estado, de algum modo – considerando a pluralidade de composições políticas de um governo – passam a refletir um programa, a sua política econômica, social, cultural, bem como o seu referencial macro-político-ideológico. Conhecer a história da construção dessas políticas sociais é fundamental para compreender sua realidade e desafios de hoje.

Ponderando atualmente o poder político do capital no controle da máquina estatal e na efetivação de suas políticas, analisamos as políticas de esporte e lazer no governo do estado do Pará, e identificamos uma das formas de financiamento das Usinas que receberam, conforme documentos oficiais, os recursos de grandes empresas mineradoras que atuam no estado. Esses recursos asseguraram a construção total de cada uma das usinas implementadas pelo governo do estado do

Pará. Observamos, o poder do capital privado e sua inserção no conjunto das políticas sociais efetivadas pelo estado⁵.

Uma das narrativas predominantes nos discursos de gestores públicos e até em setores privados na área das políticas de esporte e lazer é a afirmativa que com essas atividades serão garantidas à população atendida a elevação da sua qualidade de vida e a redução da pobreza e das desigualdades sociais, reforçando o discurso que apresenta o esporte e lazer como elementos que, se praticados pela população, “automaticamente” eliminam a situação de desigualdade social e promovem a inclusão social.

Nessa direção, Rittner⁶ (2009) levanta reflexões sobre os mitos e esperanças sobre o esporte e a existência de uma acepção romântica sobre os seus efeitos. O fato de o esporte ser idealizado e supervalorizado também tem a ver com o desconhecimento dos aspectos especiais desse recurso. Aspectos que observamos nos textos oficiais das Usinas, pensadas “como objetivo de promover inclusão social, reduzir a violência e melhorar a qualidade de vida da população em áreas vulneráveis do estado [... através de...] mais de 70 serviços intersectoriais, como atendimentos médicos e odontológicos, cursos profissionalizantes, serviços de emissão de documentos, dança e música, eventos e outras ações de cidadania, esporte, saúde e lazer” (SEAC, s.d.). Na verdade, o esporte e lazer, como aponta Rittner (2009), compõem as estruturas de desigualdade social; em parte é até mesmo um meio explícito de expressar a desigualdade social.

Athayde *et al.* (2016) apontam, com base no pensamento de Doyal e Gough (1991), o âmbito esportivo como uma necessidade intermediária (satisfatores universais), sendo assim, um dos instrumentos para a concretização dos direitos de cidadania. No entanto, do ponto de vista emancipatório, para sua concretude são necessárias não apenas a viabilização do acesso às práticas esportivas, como revelam os documentos sobre as Usinas, mas também é importante promover dentro da sociedade a reflexão acerca dos valores difundidos por meio do esporte.

A partir da CF de 1988, o esporte e o lazer são reconhecidos como direitos sociais. Sendo assim, a CF, de acordo com os princípios da simetria constitucional, passou a ser marco legal para que as novas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais também incluíssem o esporte e o lazer como direitos sociais. Nesse sentido, a nova Constituição do Estado do Pará (CE) de 1989 inseriu o esporte e o lazer enquanto direitos sociais.

⁵ Esse recorte do financiamento das Usinas foi também um recorte observado em nossas pesquisas. Os resultados e análises serão em breve publicados em outro artigo que tratará sobre o tema.

⁶ Pesquisador alemão, da Universidade de Colônia (Alemanha), que atua na área do esporte e lazer. Discorre sobre a máxima do mito do esporte como um meio para ascensão social, trazendo análises referente ao que chamou de “esporte rico” e “esporte pobre”. Ver mais em Rittner (2009).

A existência desse ordenamento legal não é garantia para efetivar e assegurar o acesso dos diferentes segmentos da sociedade. A política pública é abrangente e não se limita às leis e regras. Não adianta estabelecer apenas leis, se não existirem arranjos institucionais capazes de implementá-los, executá-los e acompanhá-los (Silva; Bassi, 2012).

Moreira (2020) aponta que a existência de ordenamento legal para o esporte e lazer, quando potencializado na instrumentalização da gestão, poderá ajudar de maneira incisiva na organização das políticas públicas, na formulação com mais equidade de ações e projetos nas diferentes dimensões esportivas, assim como apontar diretrizes para a descentralização e disponibilização dos equipamentos esportivos e de lazer, na perspectiva de garantir o acesso à população e efetivar o esporte e lazer como direitos sociais, como parte de um conjunto de políticas sociais para a concretização da cidadania.

Pagani, Shimoda e Gatta (2021) mostram que no mesmo ano de criação do Ministério do Esporte (2003), houve significativo aumento do número de publicações em revistas científicas, teses e dissertações para a temática das políticas públicas em esporte e lazer no Brasil, enfatizando os anos que antecederam o Ministério, com uma baixa e falta de produção do conhecimento na área, destacando, a possível falta e pouca relevância das políticas públicas pelos governos antecessores.

Apesar do aumento e relevância do tema, as experiências históricas que constituíram as políticas de esporte e lazer foram demarcadas por serem seletivas, excludentes, fragmentadas e, principalmente, atribuídas por um caráter assistencialista (Bonalume, 2011).

Os debates na atualidade perpassam principalmente pelas concepções do esporte e a relevância que o conteúdo lazer tem nas três esferas governamentais. As prioridades de investimento que o esporte de rendimento possui são alvos de debates quanto ao contexto esporte de participação. Segundo os estudos de Mascarenhas (2016), há uma enorme diferença de investimento quanto aos gastos diretos e transferências de recursos da esfera federal para os programas de alto rendimento, esporte educacional e participação. Esses apontamentos abrem discussões relativamente ao quantitativo de programas e projetos que são desenvolvidos para as diferentes concepções do esporte, bem como a qualidade com que esses serviços são ofertados à população; para um setor de maior investimento, maior seu reconhecimento quanto à fomentação de políticas públicas.

No que tange ao debate das políticas de esporte e lazer e a capacidade de sua capilaridade e alcance nas regiões no estado do Pará, chamamos atenção sobre os referenciais de esporte e lazer que estão sendo hegemônicos na condução dessas políticas pela referida gestão. Uma questão que antecede às análises sobre a ação de esporte e lazer que são implementadas, segundo Malina (2009), é problematizar sobre “que esporte estamos discutindo e em qual sociedade está inserido [... pois...] não basta que o Brasil seja uma potência olímpica ou que o esporte seja um meio para retirar jovens da

marginalidade, ou mesmo um modo de ascensão ou mobilidade social. É necessário algo diferente” (p. 23).

A exclusão social é uma realidade histórica na Região Norte, logo o desafio para os gestores é apresentar políticas públicas que possam efetivamente, a partir de seus planos de ação e planejamento, apresentar superações para questões emergentes na região, como acesso à saúde, educação, meio ambiente, saneamento básico, esporte, cultura e lazer. Segundo Moreira (2020) o estado do Pará apresenta uma população com uma realidade socioeconômica característica de regiões em desenvolvimento. O Pará, portanto, é um estado rico em recursos naturais, porém com povo pobre, e essa pobreza não reside na escassez de recursos, mas sim na sua distribuição.

Para a próxima seção apresentaremos os debates sobre as ações intersetoriais, a fim de compreender suas concepções e relevância.

Gestão pública e intersetorialidade

Para Rezende (2016), uma boa gestão pública, na perspectiva do modelo da racionalidade, é caracterizada fundamentalmente pelo adensamento do diálogo entre paradigmas teóricos e a dimensão empírica. A questão da gestão passa por um dos maiores problemas da ciência política, que é a organização e alocação dos recursos públicos, o que depende fundamentalmente dos incentivos adequados para se conferir eficiência, efetividade e desempenho aos sistemas públicos de gestão. O autor apresenta que os desafios da ação coletiva envolvem a compreensão dos sujeitos desse processo como: políticos, técnicos, grupos de interesses, sociedade civil, comunidade geral, para que estes possam agir de forma coordenada.

Segundo Carvalho (1998), a forma de gestão do Estado brasileiro apresenta aspectos técnicos como a descentralização e desburocratização dos serviços públicos, aspectos ligados aos procedimentos técnicos e de formas de gestão, que são importantes para assegurar uma maior compreensão dos servidores e gestores públicos, bem como maior compreensão e empoderamento por parte da comunidade da máquina pública.

O acesso à informação de forma clara e simplificada, retirando a carga excessiva de burocracia é uma medida política administrativa assertiva para o avanço de uma gestão de um equipamento público no território da periferia. A descentralização e desburocratização são “faces da mesma moeda”, ou seja, são dois procedimentos administrativos da gestão que andam juntos, e que, se bem aplicados, expressam a amplitude da democratização da gestão. Entendemos que, se os técnicos e

gestores públicos não compreenderem essa dinâmica da gestão pública, as possibilidades para a efetivação da intersetorialidade nos equipamentos públicos, ficam mais distantes de sua materialidade.

Pensar gestão pública também é olhar para a concepção e papel do Estado, bem como as relações desse Estado no contexto capitalista, que se materializa nas políticas neoliberais que determinam as formas de relações comerciais e socioeconômicas nos Estados, bem como entram na disputa pelo funcionamento da máquina estatal com seu poder econômico e político.

Portanto, destacamos, na efetivação dessas políticas públicas na região, a importância de compreendermos o papel do Estado. Em um contexto capitalista, o papel do Estado, diante das disputas pelos seus recursos, pode refletir vários formatos de implementação dessas políticas, vamos destacar em síntese geral, duas frentes: uma, na sua versão mínima, dialogando com o setor privado, assegurando e regulamentando os serviços oferecidos pelo mercado, aliada aos interesses dos empresários, com pouca ou quase nada participação popular na gestão; outra, na ampla expansão do Estado, assegurando os serviços públicos para atender as necessidades da população, como ampliando os espaços de participação na gestão. Os princípios neoliberais em políticas de Estado vêm gerando a rediscussão do papel deste com a ideia de um Estado mínimo, que, entre tantas outras características, traz “a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, consequentemente, dos investimentos em políticas sociais” (Frigotto, 2002, p. 80-81).

Uma gestão pública que se apresenta como democrática, pressupõem um governo democrático, assim como uma gestão que não se apresenta como democrática fecha os canais de diálogo, da participação e imprime ações centralizadas e autoritárias. Deste modo, entendendo o caminho da gestão democrática, Daniel (2004) apresenta alguns princípios que podem tornar mais eficazes os caminhos para “uma nova cultura política de participação” nas gestões públicas estatais que são: soberania nacional; participação popular; inversão de prioridades; desenvolvimento local; radicalização democrática; inclusão social com cidadania ativa; gestão participativa e intersetorialidade.

No campo das políticas de esporte e lazer, Marcellino (2001) aponta a necessidade do poder público oferecer políticas públicas setoriais de esporte e lazer, a partir da ampla discussão com setores representativos da população, buscando uma ação de interface entre os diferentes órgãos do município, materializando uma gestão pautada na intersetorialidade, apontando o esporte e o lazer como uma política que é concebida como um direito social.

Segundo Brandão e Sevegnani (2024), em uma perspectiva progressista de Estado, o debate sobre a intersetorialidade nas políticas públicas vem ocorrendo no sentido de minimizar as características históricas de fragmentação das políticas sociais, que decorrem da tradição da ciência moderna de atuar com uma lógica segmentada de organização e produção do saber. Para Gonçalves e Guará (2010), a compartimentalização de especialidades se tornou propriedade fundamental no

processo de busca pelo conhecimento e, da mesma forma os modelos de administração pública também foram organizados segundo a lógica cartesiana.

Pensar em políticas intersetoriais de esporte e lazer, significa refletir sobre as possibilidades que essas temáticas podem oferecer com as demais áreas do conhecimento, tendo a perspectiva de que essas são temáticas/setores de enormes potencialidades, possuindo características multidisciplinares capazes de alcançar objetivos diversos e contribuir para minimizar problemas complexos presentes na sociedade.

Essas características levam à transversalidade de ações interdisciplinares para os mais diversos setores e departamentos de constituição do Estado, como, saúde, educação, cultura e segurança. Estabelecer ações intersetoriais implica a ideia de transversalizar ações de modo a integrar, compartilhar e avaliar, especificamente as direcionadas aos setores do poder público e em promover relações de ação transversais com outros agentes administrativos na sociedade. Desta forma, a política intersetorial se propõe a alcançar uma gestão compartilhada entre departamentos e secretarias, onde a “[...] intersetorialidade pretende superar a forma segmentada e desarticulada como, normalmente acontecem as ações públicas” (Ribeiro; Amaral, 2021, p. 196).

Nesse sentido, compreendemos por intersetorialidade, a partir de Grau (*apud* Bonalume, 2011), quando a gestão das políticas públicas não foca mais o interesse de um ou outro setor do governo, mas passa a buscar as interações e relações de reciprocidade entre setores. Portanto, as ações intersetoriais devem ser baseadas na interrelação de necessidades de várias áreas, sujeitos e/ou grupos, considerando suas relações diversificadas, heterogêneas e complexas. Para Bonalume (2011):

A intersetorialidade pode se apresentar, então, como uma das possibilidades de articulação entre os saberes e as ações, com vistas a construir resultados sinérgicos em situações complexas, alterando o impacto das políticas, tornando-as mais efetivas e ampliando sua capacidade de colaborar com a redução das desigualdades e com o bem-estar social. Além disso, pode contribuir com a construção de uma nova ação, que rompa as fronteiras das políticas isoladas. Para que isso se viabilize integrar, considerando apenas a dimensão técnica não seria suficiente, faz-se necessário uma atitude e uma postura intersetorial, enquanto um princípio que orienta a ação, com um aparato governamental, com base no território e na população. Trata-se da articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas, destinadas ao alcance dos objetivos propostos (p. 9).

Warschauer e Carvalho (2013) destacam que são muitos os desafios presentes para a implementação da intersetorialidade e que não há um manual de como colocá-las em prática. Entretanto, os autores ponderam as experiências constatadas na literatura, uma maneira de se identificarem métodos que contribuam para as tomadas de decisões frente a esse modelo de gestão compartilhada. O estudo de Venturim, Borges e Silva (2013) expõe alguns aspectos importantes para

se avaliar a excelência de uma política pública: a concepção dos gestores quanto aos conteúdos de lazer e esporte e a formação profissional dos agentes sociais. A mesma validação pode ser aplicada à intersectorialidade, por esta ser um modelo de gestão da política.

A possibilidade de ampliar os modelos de planejamento/gestão pública na dinâmica da intersectorialidade é um importante caminho para potencializar a articulação de diferentes políticas setoriais e seus recursos, em determinadas áreas estratégicas de um governo, como as Usinas, que se apresentam como um equipamento público que articula várias políticas num único espaço.

As Usinas da Paz

Em relação às políticas de esporte e lazer no estado do Pará, para além da compreensão da gestão estruturada na dinâmica da intersectorialidade, é fundamental compreendermos a realidade socioeconômica e cultural do estado. Trindade Júnior (2013) assegura que a Amazônia se constitui como um espaço reconhecidamente de fronteira econômica, no qual tende-se a reproduzir as relações associadas às novas lógicas de expansão do modo capitalista de produção, se distanciando da preservação da floresta.

O estado do Pará, ao longo desses anos, vem passando por processos contínuos de transformação. Segundo Bahia e Figueiredo (2008), além das modificações relacionadas aos aspectos do desenvolvimento econômico e cadeia produtiva, as configurações sociais apresentam mudanças, quer pelo ritmo acelerado da urbanização, que se distancia das relações com as áreas verdes, quer pelos reordenamentos espaciais e sociais. Assim, as mudanças nas configurações sociais vêm também impactando as manifestações culturais no campo da cultura esportiva e de lazer no Estado, tendo em vista que estas mudanças impactam diretamente no acesso e na relação das pessoas com o esporte e lazer. Nesse sentido, as Usinas são complexos estruturais construídos em territórios periféricos, para a promoção de diversos serviços assistenciais à comunidade. Contudo, em sua estrutura, observada nos documentos oficiais, nas visitas nas Usinas, bem como nas imagens das Usinas no site da SEAC, são poucos ou quase inexistentes os espaços para áreas verdes (foto 01 e 02), bem como são poucos ou quase inexistentes propostas de práticas corporais e espaços que dialoguem com a realidade amazônica, como por exemplo, jogos e brincadeiras indígenas: peteca, indira de guerra (cabo de guerra), arco e flecha, corrida de vareta, zarabatana, etc.



Fonte: TerPaz

Foto 02 – Usina da Paz



Fonte: SEAC

A percepção das Usinas como complexos estruturais construídos em territórios periféricos, que se distanciam da realidade cultural, ambiental e social desses territórios, são observações que surgiram durante algumas visitas⁷ às Usinas Guamá e Terra Firme e são aspectos que se articulam ao objeto de nossa pesquisa, pois, diante da enorme estrutura predial, nos chamou atenção a ausência de uma política gestada para questões ambientais e de sustentabilidade das áreas verdes nesses territórios periféricos da Amazônia urbana, bem como nas políticas de esporte e lazer desses espaços, raras ações de práticas corporais que dialoguem com a realidade amazônica. Embora nos documentos oficiais, referente ao número de secretarias presentes nas Usinas, esteja registrado a participação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), o que foi observado nas fontes oficiais são apenas registros de ação de educação ambiental pontuais, realizadas nas Usinas, como podemos observar em duas matérias encontradas no site da SEMAS (2024):

Semas promove oficina de reaproveitamento de resíduos para moradores do bairro do Icuí. Por cinco dias na UsiPaz do Icuí, curso abordará o descarte correto, reciclagem, reaproveitamento de resíduos líquidos e sólidos, entre outros temas.

⁷ As visitas às Usinas foram esporádicas, portanto, não se configuraram como um instrumento de coleta de dados.

Moradores do bairro de Icuí, em Ananindeua, participam, a partir desta segunda-feira (22), da Oficina de Reaproveitamento – Módulo II promovida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará.

Semas incentiva prática sustentável aplicada a moradores dos bairros do Jurunas e Condor. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), por meio da Coordenadoria de Educação Ambiental (Ceam), promoveu nesta quarta-feira (24), na Usina da Paz do Jurunas/Condor, em Belém, uma oficina de produção de sabão líquido a partir do sabão em barra produzido mediante a reutilização do óleo de cozinha.

As informações no site da SEMAS, além de revelar a fragilidade de não pensar ações ambientais articuladas com a cultura e a realidade dos territórios da Amazônia, onde as Usinas estão localizadas, evidenciam igualmente a fragilidade da gestão na dinâmica da intersectorialidade, pois, assim como no site da SEEL, não encontramos nenhuma ação articulada nos relatórios da gestão da secretaria, que apresente ações sistemáticas, articuladas a outras secretarias que funcionam nas Usinas. No site da SEDUC – que também gerencia ações de esporte e lazer nas Usinas – não há registro em seus relatórios de gestão, de ações articuladas com outras secretarias via Usina da Paz. O que encontramos foram somente matérias jornalísticas (Agência Pará, 2021), que divulgam ações de formação esporádicas com professores de educação física que atuam nas Usinas:

As Usinas da Paz são complexos estruturais construídos para a promoção de diversos serviços assistenciais à comunidade em torno do complexo (foto 03). São um projeto integrado ao programa estadual TerPaz, coordenado pela SEAC no estado do Pará:

A Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (Seac) criada pela Lei Nº 9.045, em 29 de abril de 2020 e alterada pela Lei Nº 10.165, em 20 de novembro de 2023, passou a ser Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (Seac), órgão da Administração Direta do Poder Executivo, tem por finalidade institucional promover a articulação com entes governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de uma cultura de paz, com foco na inclusão social e geração de oportunidades culturais, educacionais, econômicas e de exercício de direitos, particularmente em espaços territoriais caracterizados por fenômenos de descoesão, violência e criminalidade, que representem ameaças à vida e a liberdade de populações trabalhadoras, criativas e carentes de apoio e investimentos (SEAC, s.d.).



Fonte: SEAC

Entendidos como instrumentos materiais e equipamentos públicos, estes são os principais meios de concretização dos objetivos que o TerPaz estabeleceu, formulando ações voltadas para prevenção a violência, a inclusão social e o fortalecimento comunitário por meio de sete eixos de intervenção: 1. capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura; 2. emprego e renda, microcrédito e empreendedorismo, economia solidária; 3. habitação, regularização fundiária e urbanização; 4. saúde, esporte/lazer, assistência social; 5. tecnologia e inclusão digital; 6. meio ambiente e sustentabilidade; 7. mediação de conflitos e prevenção à violência (SEAC, s.d.). Observamos que o esporte e lazer ocupa um espaço importante entre os eixos de intervenção das usinas, provavelmente, por conta de seu potencial mobilizador e de inclusão social, oportunizando aos sujeitos envolvidos nas ações, a possibilidade do desenvolvimento das necessidades humanas do brincar, do se divertir com o outro e em comunidade.

É importante destacar que no documento do TerPaz (que apresenta no eixo quatro, ações de esporte/lazer articuladas às temáticas de saúde e assistência social), é revelada uma concepção de esporte e lazer associada à saúde e condições sociais, mas, está deslocada das temáticas de educação, arte e cultura presentes no eixo um. São definições de estratégias de políticas articuladas que nos mostram a concepção de educação, esporte e lazer da gestão, a qual será melhor analisada nas próximas etapas da pesquisa.

O Programa TerPaz, é um programa do governo estadual do Pará e passou a ser considerado uma política pública permanente de Estado com a Lei Estadual nº 9.771, sancionada em 23 de dezembro de 2022:

Art. 1º Fica instituída a política pública Territórios pela Paz (TerPaz), formada pela intersectorialidade de Secretarias e demais órgãos e entidades de Governo, sob coordenação da Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), que consiste no agrupamento das políticas públicas e programas voltados para a prevenção social da violência, inclusão social e geração de oportunidades,

com enfoque especial na recuperação dos territórios de descoesão social (Pará, 2022).

O texto do art. 1º da Lei que cria o Programa TerPaz, no qual pontua que a política será formada pela intersetorialidade de secretarias e pelo “agrupamento das políticas públicas e programas”, reflete a fragilidade da construção dessa política de intersetorialidade nas Usinas, visto que uma dinâmica de intersetorialidade exige ações planejadas em articulações de setores. Isto é, muito mais do que um simples agrupamento de políticas, uma ação de intersetorialidade demanda, segundo aponta Bonalume, considerar que para

Que isso se viabilize integrar, considerando apenas a dimensão técnica não seria suficiente, faz-se necessário uma atitude e uma postura intersetorial, trata-se da articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas, destinadas ao alcance dos objetivos propostos (p. 20).

As Usinas dispõem de estruturas modernas e funcionais, com dois prédios principais (Usina e Assistência), que possuem salas equipadas para a realização de atendimentos médicos e odontológicos, emissão de documentos, cursos profissionalizantes, assistência social, entre outros. Os equipamentos públicos contam com espaços como teatros, praças para eventos, oficinas, piscinas, hortas, complexos poliesportivos, bibliotecas, salas de dança, quadras de areia, espaços pet, academias ao ar livre, playgrounds infantis, entre outros (SEAC, 2025).

As Usinas foram construídas e equipadas em parceria com as empresas mineradoras que atuam no Pará: Vale e Hydro. A parceria com as referidas empresas foi firmada através de termos de cooperação no ano de 2019, a Vale com aporte de R\$102 milhões e a Hydro com aporte de R\$60 milhões, sendo de responsabilidade do estado a administração e prestação dos serviços públicos promovidos pelas Usinas (SEAC, 2025). Durante a pesquisa, não conseguimos acessar o termo de cooperação que é citado no site da SEAC, pois o mesmo não estava disponibilizado nos sites das secretarias pesquisadas. O termo de cooperação trata das parcerias realizadas entre as mineradoras com o governo do estado, na construção de todas as Usinas, o que representa um grande investimento dessas empresas na política pública do governo do Pará. Isso mobilizou nossas análises e reflexões críticas para entender essa importante participação das mineradoras na implementação das Usinas no estado.

Atualmente estão em funcionamento 17 Usinas, sendo 7 (sete) localizadas na Região Metropolitana de Belém: UsiPaz Icuí-Guajará; UsiPaz Cabanagem; UsiPaz Nova União; UsiPaz Bengui; UsiPaz Jurunas/Condor; UsiPaz Terra Firme; UsiPaz Guamá; e 7 (setes) em outros municípios do Estado: UsiPaz Parauapebas; UsiPaz Canaã dos Carajás; UsiPaz Marabá; UsiPaz

Benevides; UsiPaz Abaetetuba; UsiPaz Capanema; UsiPaz Castanhal. No site do Ter Paz, são apresentados o objetivos do Programa:

Ocupar os territórios das comunidades locais com a presença do Estado através de políticas públicas inclusivas que operem uma transformação social na qualidade de vida desses ambientes; regular pacificamente os conflitos no interior dos territórios atendidos, por meio de padrões não-violentos de sociabilidade, do exercício crescente da cidadania para construir e estabelecer uma cidadania sem tutela nos diversos espaços de sociabilidade; ampliar e garantir espaços intermediários de participação das comunidades nos Territórios Pela Paz, especialmente na Rede Local de Cidadania; diminuir a vulnerabilidade social das juventudes e das mulheres vítimas de violência e da vigência de mecanismos de exclusão; extinguir o domínio territorial exercido por grupos armados de criminalidade organizada, eliminar as formas de coação, regulação e de exploração de práticas ilícitas sobre os moradores; reduzir os índices de violência, criminalidade, em especial os Crimes Violentos Letais Intencionais/CVLI; recuperar a confiança e a credibilidade nas relações entre comunidades e Estado enquanto instituição organizadora das relações sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais.

Com o volume das ações desenvolvidas nas Usinas e sendo elas articuladas com os objetivos do Programa pontuados no texto acima, as Usinas passam a ser um equipamento que tem potencial para construção de um novo desenho institucional implementando ações de intersetorialidade na gestão do equipamento e abrindo espaços para participação das comunidades dos territórios onde funcionam. Contudo, essa dinâmica ainda não se materializou nas Usinas por alguns fatores, conforme observaremos no próximo tópico. Apresentadas as informações do objeto de pesquisa, de fato, cabe no momento seguinte apresentar os resultados e discussão, referentes aos dados obtidos.

Gestão pública nas Usinas da Paz

Após busca nas Secretarias SEAC, SEPLAD, SEDUC e SEEL, os documentos encontrados para análise do conceito de intersetorialidade correlacionado às Usinas da Paz, foram os relatórios de gestão SEAC de 2021 e 2024 e a mensagem do governador de 2023:

Para a construção da articulação se utiliza a estratégia da intersetorialidade, através do envolvimento e desenvolvimento de ações compartilhadas entre as Secretarias e órgãos de Governo (SEAC, 2021, p. 4).

[...] Hoje uma política de Estado institucionalizada em lei. Um Programa permanente de inclusão social, baseado na intersetorialidade de ações não somente de segurança pública e de promoção social, como também de demais áreas, atendendo comunidades socialmente vulneráveis, de baixa renda, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em territórios com elevados índices de violência e criminalidade (SEPLAD, 2023, p. 14).

É evidenciado nos documentos supracitados que há poucas informações quanto à concepção de intersectorialidade no programa TerPaz, não havendo um detalhamento de como operam as ações intersectoriais dentro do eixo temático “saúde, esporte/lazer, assistência social”. Assim, podemos afirmar que não há um registro documental apresentando a organização sistemática das ações, articuladas a partir da confluência de eixos operacionais.

De forma a se entender como se dão as ações intersectoriais (ainda que com informações ínfimas) entre as secretarias, o relatório de gestão SEAC de 2021, mostra a participação de 37 instituições:

Ao longo do ano de 2021 trabalhou-se com 37 instituições divididas por nove Eixos Intersectoriais “Saúde, Esporte e lazer”, “Educação, Arte e cultura”, “Capacitação Técnico-Profissional/Crédito Responsável e Empreendedorismo”, “Assistência Social/Emprego e Renda”, “Tecnologia e Inclusão Digital”, “Meio Ambiente e Sustentabilidade”, Urbanização/Habitação e Regularização Fundiária”, “Mediação de Conflitos, Prevenção a Violência e Cultura de Paz” e “Produção de Conhecimento/Pesquisa e Formação” (SEAC, 2021, p. 9).

Percebemos, exposto no relatório, uma mudança quanto ao número de eixos temáticos apresentados no próprio site da SEAC como informativo. Há também a retirada do setor “assistência social”, permanecendo somente o setor saúde, esporte e lazer no eixo.

As informações apresentadas para a identificação do conceito de intersectorialidade no eixo esporte e lazer, são apresentadas com muitas lacunas, mencionando as ações compartilhadas para articulação das secretarias, a partir da estratégia da intersectorialidade.

Partindo da análise da intersectorialidade nas ações da SEEL, não há menções do termo nos documentos da secretaria e nenhuma descrição de relações de ações intersectoriais de esporte e lazer com demais secretarias do estado. Isso revela que a relação do órgão é somente com a secretaria gestora do projeto UsiPaz. A única menção da secretaria em participar nas Usinas é registrada de forma simplória no relatório de gestão 2022, não havendo sequer a identificação de algum programa/projeto no site da secretaria:

Nas 8 unidades das Usinas da Paz, a Seel participa com atividades físicas orientadas de esporte e lazer, atividades lúdicas através de jogos, brinquedos, brincadeiras, Basquete, Boxe, Futsal, Grand Ballet, Handebol, Natação e Voleibol (SEEL, 2022, p. 14).

No levantamento realizado no site da SEDUC, foi encontrado o Planejamento Estratégico da Secretaria de 2023 a 2026, que citou ação com as Usinas, relativamente ao Programa Família na Escola, o qual

Visa a fomentar a participação da família na vida escolar dos estudantes de modo a contribuir na construção do projeto de vida, auxiliando no planejamento de ações para construir o futuro de cada estudante, bem como facilitar a relação da escola e família, utilizando, os complexos das Usinas da Paz como local de aprendizado (SEDUC, 2023, p. 87).

A partir dessas análises, verificamos a falta de estrutura e exatidão quanto ao acesso de informações nas secretarias. A ausência de relatórios do ano 2020 e 2022 da SEAC e os relatórios 2021 e 2023 da SEEL, revelam em parte, a forma de atuação política das secretarias para esse período no âmbito das políticas de esporte e lazer, mostrando uma fragilidade estrutural para esses setores.

Identificamos nos documentos oficiais da SEAC, que a SEDUC e a SEEL são as secretarias estaduais que desenvolvem as ações de esporte e lazer nas Usinas. No Quadro 01, podemos observar as ações de esporte e lazer desenvolvidas em uma das Usinas, coordenadas pelas duas secretarias, o que poderia indicar aproximações de planejamentos integrados ou articulados, mas não encontramos registros de ações planejadas em parceria ou articuladas nos documentos das secretarias. Destacamos que os dados das atividades realizadas nas UsiPaz Guamá e Terra Firme não estavam disponibilizados nos relatórios de gestão encontrados no site da SEAC.

QUADRO 01 – Atividades esportivas e de lazer – SEEL e SEDUC – UsiPaz Icuí-Guajará

SEEL	SEDUC
Natação	Handebol
Atividades lúdicas	Badminton
Atividades físicas orientadas	Voleibol sentado
Voleibol	Futebol de 5
Handebol	Natação para PCD
Boxe	Manbol
Basquete	Atividade funcional
Grand ballet	Futebol de 5
Judô	Capoeira
Karatê	
Ritmos	
Futsal	
Hidroginástica	
Balé infantil	
Balé juvenil	

Fonte: SEAC

Com as evidências da falta de ações planejadas e articuladas nos documentos das secretarias que atuam com as políticas de esporte e lazer nas Usinas, buscamos os modelos de relatórios, planejamentos que a SEAC utiliza, para dinamizar a gestão das políticas sociais desenvolvidas nas Usinas. No relatório geral da SEAC de 2023, encontramos o que podemos chamar de diretrizes para tratar os resultados alcançados pelas políticas sociais da secretaria. A secretaria utiliza três fontes de dados organizados da seguinte maneira: 1. os dados produzidos pelos serviços ofertados em cada UsiPaz pelas secretarias/fundações a cada mês; 2. os dados gerados pelas atividades; e 3. os eventos organizados pelas coordenações gerais UsiPaz, incluindo a frequência mensal estimada do público no parquinho/academia (SEAC, 2024).

Embora os documentos da SEAC apontem, para a construção da articulação, a estratégia da intersetorialidade, “através do envolvimento e desenvolvimento de ações compartilhadas entre as Secretarias e órgãos de Governo” (SEAC, 2021, p. 4), podemos observar que toda a coleta dos dados segue uma rede de suporte tecnológico para seus registros, mas estes instrumentos também operam por setores/por secretarias – como mostra o texto a seguir:

Os procedimentos observados para a obtenção dos dados e elaboração do Relatório Geral de 2023 com os resultados foram os seguintes: i. As secretarias/fundações e órgãos, que participam da política pública, indicaram um responsável por Usipaz para operar o registro mensal dos dados produzidos no respectivo mês, e, até o 5º dia útil de cada mês enviaram o quantitativo dos beneficiamentos ao técnico em informática (TI) da respectiva Usipaz. ii. O Coordenador Geral de cada Usipaz nomeou, via ofício para cadastramento, um TI com a atribuição de coletar os dados de todas as secretarias, atuantes na Usipaz, organizá-los, sistematizá-los e enviá-los ao Coordenador do Núcleo de Articulação e Relações Institucionais/Nari/Seac através do e-mail – administracaoenos@seac.pa.gov.br (SEAC, 2024, p. 2).

O modelo de sistematização dos dados produzidos pelos serviços ofertados em cada Usina, solicita os números de cada secretaria separadamente, bem como os dados organizados pelas coordenações gerais das Usinas, o que revela que o planejamento do governo ainda está estruturado em modelos de gestão setorializados. Nesse sentido, dialogamos com as questões de Ribeiro e Amaral (2021) que enfatizam a seguinte pergunta: “é possível implementar ações intersetoriais ou conjuntas sem uma setorialidade edificada?” (p. 2). Pela ausência de informações de planejamento, execução e avaliação, percebemos uma estrutura setorial, por não haver informações de ações transversalizadas com as demais secretarias.

Destacamos, como apontam Brandão e Sevegnani (2024) que a intersetorialidade não nega a setorialidade, “mas reconhece seus domínios para possíveis conexões, e também não é uma justaposição de projetos setoriais, mas sua complementaridade” (p. 132), e que assim, a

intersectorialidade é uma nova forma de trabalhar que mobiliza sujeitos, setores e conhecimentos em prol da articulação integrada das políticas públicas.

Sendo assim, alguns dos apontamentos que sinalizam as limitações dessa política, podem ser identificados na presença de uma: cultura política (Ribeiro; Amaral, 2021); estrutura governamental fragmentada (Bonalume, 2011); e hierarquia nas condições de trabalho e poder (Warschauer; Carvalho, 2014).

Na análise do relatório de gestão SEAC de 2023, constou a presença de 33 secretarias/fundações e 12 instituições parceiras participantes. Entretanto, ressaltamos que, nas Usinas escolhidas para visita (Terra firme e Guamá), somente 10 secretarias/fundações foram identificadas com serviços permanentes de atuação, as demais somente realizaram ações rotativas ou planejaram e não executaram ou nem planejaram ações. A SEEL e SEDUC no documento foram identificadas como secretarias de ação permanente nas Usinas, tendo a SEEL 13 programas/serviços ofertados no ano de 2023.

Apesar do grande número de secretarias presentes, percebe-se uma estrutura verticalizada desses órgãos. A Seel e Seduc mostram estar apenas na dimensão de integração, não transversalizando seus programas, projetos e ações, limitando assim, o potencial interdisciplinar que existe dentro do esporte e lazer.

Considerações Finais

A intersetorialidade nas políticas de esporte e lazer apresentada nos documentos oficiais em relação às Usinas da Paz revela informações frágeis no que se refere à forma de planejar e desenvolver esse modelo de gestão de políticas públicas. Não foram encontradas propostas de planejamento estratégico ou articulado entre as secretarias que realizam ações nas Usinas.

A falta de planejamento articulado e de plano de ações intersetoriais nos leva a deduzir que as Usinas se configuram como um equipamento público que agrega várias secretarias e serviços, mas que não planeja ações articuladas, nem contextualizadas nos territórios que ocupa – tendo em vista que pouco foi exposto nos documentos, mencionando a lógica de operação dessa ação, e não houve menções de como as ações da SEEL e SEDUC, que gestam as políticas de esporte e lazer nas Usinas, se articulam dentro dos espaços.

Assim, entendemos que diante das demandas históricas por uma cobertura do estado com políticas sociais de inclusão das populações dos territórios da periferia, tal contexto demanda novas formas de pensar essas políticas. Brandão e Sevegnani (2024) destacam que é possível perceber que

as políticas públicas vêm se complexificando, o que exige um esforço articulado dos governos em tratar as políticas sociais a partir de temáticas e não apenas por setores, visando à pluralidade de olhares e conhecimentos sobre a mesma questão.

Nesse sentido, mesmo diante dos desafios da execução de políticas intersetorializadas nas Usinas, entendemos que a construção desses equipamentos é identificada como um avanço quanto à implementação de políticas públicas de esporte e lazer de estado, bem como a implementação desses equipamentos em bairros de alto índice de violência e descoesão social gera possibilidades de participação da comunidade nos serviços oferecidos pelos eixos temáticos de intervenção.

Os conteúdos de esporte e lazer nesses espaços ganharam um importante equipamento para sua manifestação, principalmente no que se refere a tais práticas em territórios periféricos. Alguns dos critérios para escolha da implementação das Usinas foram pautados em locais com elevados indicadores de criminalidade e violência e polos geradores de criminalidade (TerPaz, s.d.). Isso configura-se como um ponto positivo que de alguma forma vem oportunizando acesso às políticas públicas de esporte e lazer, pois, “temos que lembrar que as praças, os parques e os espaços públicos de lazer mais belos e cuidados estão nos bairros mais ricos da cidade” (Melo, 2003, p. 87).

Algumas limitações do estudo partem em direção à dificuldade do acesso aos documentos físicos que pudessem direcionar melhor a compreensão do projeto UsiPaz e, também, um modelo de abordagem com entrevistas aos agentes sociais, revelando mais dados a serem discutidos no cenário de atualidade das políticas de esporte e lazer e seus modelos de gestão, de planejamento e ações articuladas. Ficam abertas estas possibilidades para futuras pesquisas com novas contribuições para a temática da gestão pública de políticas de esporte e lazer, na perspectiva de contribuir com a implementação de novos arranjos institucionais, como a intersetorialidade no campo da gestão pública.

Outro elemento para futuras reflexões é sobre como historicamente vem se constituindo a gestão das políticas de esporte e lazer, suas ações no universo das políticas públicas na região e suas relações com a constituição de novos espaços/equipamentos de esporte nas regiões, que dialoguem com as formas de manifestações culturais nos diferentes territórios da Amazônia paraense. Mas, estas questões são inquietações para futuras análises e futuras pesquisas a serem desenvolvidas no campo das políticas públicas de esporte e lazer na região.

Compreendemos também que são muitos os desafios para implementação de novos modelos de gestão, que provoquem articulações entre setores de um governo, potencializando as políticas públicas nas diferentes áreas no atendimento a comunidade. O sistema capitalista, com suas políticas neoliberais, apresenta modelos únicos e centralizados de políticas públicas, que reproduzem o seu “produto” sobre os territórios. Esse modelo de estado vem sendo historicamente executado na região

amazônica, com uma política pública vinculada a disseminar “produtos” em cada setor. Assim, podem “vender” saúde, educação, habitação e também pacotes de esporte e lazer.

Nesse sentido, destacamos a importância de problematizarmos como os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, constitutivos do sistema capitalista, vêm influenciando a elaboração das políticas do estado em seus diferentes setores, inclusive o setor esportivo.

Referências

ATHAYDE, P. *et al.* O esporte como direito de cidadania. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 490-501, 2016.

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 1-17, 2008.

BRANDÃO, C. da F.; SEVEGNANI, P. Uma revisão teórica para a prática da intersectorialidade nas políticas públicas no Brasil. *In*: BRANDÃO, C. da F. *et al.* (orgs). **Educação comparada e política educacional: estudos e reflexões**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024, p. 125-144.

BONALUME, C. R. O paradigma da intersectorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2011.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 575-593.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. S.; GUARÁ, I. M. F. R. Redes de proteção social na comunidade. *In*: Guará, I. M. F. R. (org). **Redes de proteção social**. São Paulo: Associação Fazendo História; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010, p. 11-29.

ETC STAFF. Sólo tres empresas controlan más de la mitad (53%) del mercado global de semillas comerciales. **ETC Group**, jul. 2012. Disponível em:

<https://www.etcgroup.org/es/content/s%C3%B3lo-tres-empresas-controlan-m%C3%A1s-de-la-mitad-53-del-mercado-global-de-semillas-comerciales>. Acesso em: 8 jan. 2025

MASCARENHAS, F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 963-80, 2016.

MELO, V. A. de. A cidade, o cidadão, o lazer e a animação cultural. **Licere**, v. 6, n. 1, p. 82-92, 2003.

MOREIRA, F. de S.. **Financiamento das Políticas Públicas de Esporte no Governo do Estado do Pará**. 2012-2015. 231 f. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PAGANI, M. M.; SHIMODA, E.; DA MATTA, L. G. A produção do conhecimento em política pública de esporte no Brasil e no mundo. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 11745-11756, 2021.

PARÁ. **Lei nº 9.771, de 23 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre a institucionalização da política pública Territórios pela Paz (TerPaz) no âmbito do Estado do Pará. Belém do Pará: ALEPA. [2022]. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei9771_2022_33192.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

RIBEIRO, O. C. F.; AMARAL, S. C. F. Setorialidade ou intersetorialidade? O caso das políticas públicas de lazer em Brotas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo. v. 35, n. 2, p. 195-206, 2021.

RITTNER, V. Esporte, um meio de integração social? *In*: MALINA, A.; CESARIO, S. (orgs) **Esporte fator de integração e inclusão social?** Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

SEAC. **Usinas da Paz**, s.d. Disponível em: <https://www.seac.pa.gov.br/content/usinas-da-paz> Acesso em: 20 set. 2025.

SEAC. **Relatório de Gestão**, 2021. Disponível em: https://www.seac.pa.gov.br/sites/default/files/relatorio_de_gestao_-_geral_-_2021_-_seac_0.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

SEAC. **Relatório geral dos beneficiamentos das secretarias/fundações e da Usipaz de janeiro a dezembro de 2023**, 2024. Disponível em: https://www.seac.pa.gov.br/sites/default/files/relatorio_terpaz_usipaz_2023.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

SEAC. **Relatório de Gestão 2024**, 2025. Disponível em: https://www.seac.pa.gov.br/sites/default/files/relatorio_de_gestao_2024_2.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

SEDUC. **Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado de Educação 2023-2026**, 2023. Disponível em: https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/portal_seduc/Planejamento%20Estrategico%20da%20Secretaria%20de%20Estado%20240207_182812-843e5.pdf. Acesso em 20 set. 2025.

SEEL. **Relatório de Gestão 2022**, 2022. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.seel.pa.gov.br/sites/default/files/banners/relatorio_de_gestao_2022_-_v4_compressed.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

SEPLAD. **Mensagem Governamental**, 2023. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/mensagem-governamental/>. Acesso em: 5 ago. 2024

SILVA, C. L. da; BASSI, N. S. S. O uso de estudos prospectivos no processo de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 315-325, 2012.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

TRINDADE, J. S. C. C. da. Das “Cidades na Floresta” às “Cidades da Floresta”: Espaço, Ambiente e Urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. **Papers do NAEA**, Belém do Pará, n. 321, p. 1-22, 2013.

VENTURIM, L. F.; BORGES, C. N. F.; SILVA, D. S. Estratégias de gestão pública na Prefeitura de Vitória/ES: o Pelc e a intersectorialidade das ações. **Licere**, v. 16, n. 4, p. 1-38, 2013.

WARSCHAUER, M.; CARVALHO, Y. M. de. O conceito “Intersectorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 191-203, 2014.

Abstract

Recent studies on public management in Brazil point to ways to overcome serialized actions, suggesting new institutional arrangements, such as intersectoral collaboration. The study aims to analyze the dynamics of intersectoral collaboration in the management of the Peace Plants (Usinas da Paz), which are facilities that offer assistance services to communities, managed by the Pará state government in the Pará Amazon. The methodology involved analyzing official documents collected from the websites of the Planning; Citizenship; Education; and Sports departments. The results revealed a sectoralized management of sports and leisure policies at the plants, where intersectoral collaboration did not materialize in daily actions, demonstrating disjointed planning among the other state departments.

Keywords: Public Policies; Sports and Leisure; Intersectoral Integration; Peace Plants.

Resumen

Estudios recientes sobre gestión pública en Brasil señalan maneras de superar la serialización de las acciones, sugiriendo nuevos arreglos institucionales, como la colaboración intersectorial. El estudio busca analizar la dinámica de la colaboración intersectorial en la gestión de las Usinas de la Paz (Usinas da Paz), instalaciones que ofrecen servicios de asistencia a las comunidades, gestionadas por el gobierno del estado de Pará en la Amazonia paraense. La metodología consistió en el análisis de documentos oficiales recopilados en los sitios web de las secretarías de Planificación, Ciudadanía, Educación y Deportes. Los resultados revelaron una gestión sectorializada de las políticas de deporte y ocio en las usinas, donde la colaboración intersectorial no se materializó en las acciones cotidianas, lo que demuestra una planificación desarticulada entre las demás secretarías estatales.

Palabras clave: Políticas Públicas; Deporte y Ocio; Integración Intersectorial; Usinas de la Paz.